

Associação Saúde da Família

CNPJ/MF nº 08.311.216/0001-01

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em Reais)			
	Nota	2015	2014
Ativo			
Circulante		85.571.466	77.261.624
Caixa e equivalentes de caixa	4	41.605.115	73.460.283
Recursos a receber	5	43.799.239	3.593.933
Outros		167.112	207.410
Não circulante		106.576.596	95.440.741
Depósitos judiciais	6	95.873.270	84.986.609
Imobilizado	7	9.718.094	9.434.406
Intangível	8	985.232	1.019.726
Total do ativo		192.148.062	172.702.367

Balanco patrimonial			
	Nota	2015	2014
Passivo			
Circulante		84.538.860	55.043.727
Fornecedores		1.931.414	1.582.456
Salários a pagar	9	61.490.204	41.566.812
Encargos sociais a pagar	10	21.117.242	11.894.459
Não circulante		122.150.167	106.153.508
Depósito judicial	6	95.873.270	84.986.609
Provisão para demandas judiciais	11	26.276.897	21.166.899
Total do passivo		206.689.027	161.197.235
Patrimônio líquido		12 (14.504.965)	11.505.132
Patrimônio social		11.505.132	61.957.986
Déficit acumulado		(26.046.097)	(50.452.854)
Total do passivo e patrimônio líquido		192.148.062	172.702.367

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. **Contexto operacional** - A Associação Saúde da Família ("Entidade" ou "Associação"), constituída em outubro de 1992, é uma organização não governamental, sem fins lucrativos e tem como objetivo principal a elevação da qualidade de vida humana através da promoção de atividades científicas, filantrópicas, educacionais e literárias na área de saúde pública no Brasil. Tratando-se de uma entidade sem fins lucrativos, a Associação está isenta do pagamento de IRPJ, e do artigo 174 do Decreto nº 3.000, de 26/03/1999 (Regulamento do IRPJ-RIR), desde que atenda aos requisitos contidos na Lei nº 9.790/99, a saber: "NÃO remunerar, por nenhuma forma, seus dirigentes pelos serviços prestados. Aplicar integralmente seus recursos na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos sociais. Conservar em boa ordem o prazo de cinco anos, contado da data de emissão, os documentos que compõem o balanço de suas receitas e a elevação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que tenham a modificar sua situação patrimonial." Apresentando, anualmente, declaração de rendimentos, em conformidade com o disposto em ato da Secretária da Receita Federal. Planos da Administração - Conforme apresentado nas demonstrações financeiras, a Entidade, apesar de ter aprovado capital circulante líquido positivo de R\$1.032.607 no exercício de 2015, apresentava ainda um déficit de R\$26.046.097 no exercício findo em 31/12/2015, o que, naquela data, apresentava patrimônio líquido negativo de R\$14.504.965. O Corpo Diretivo da Entidade entende que o déficit gerado nos exercícios de 2015 e 2014 é decorrente, principalmente, de certos descompassos entre receitas e despesas tendo em vista que as receitas oriundas de doações e subvenções são reconhecidas quando da efetiva entrada dos recursos e as despesas, por outro lado, são reconhecidas em seus devidos prazos de competência, incluindo o reconhecimento de provisões quanto doações e/ou subvenções destinadas ao suporte a essas despesas irroradas apenas quando da efetiva materialização dessas provisões. Ressalta-se que o Corpo Diretivo entende que a continuidade operacional da Entidade é suportada pelos Contratos de Gestão e os Termos de Parcerias vigentes, firmados com entidades privadas, órgãos e entidades públicas. Esses contratos possuem vigência em torno de 5 anos, podendo ser prorrogados. 2. **Apresentação das demonstrações financeiras** - As demonstrações financeiras da Entidade para os exercícios findos em 31/12/2015 e 2014 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Entidades sem Finalidade de Lucros (ITG 2002 R1), aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) por meio da Resolução nº 1.409/12. A Entidade adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que estavam em vigor em 31/12/2015. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como aqueles advindos de instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. A autorização pela Administração, para a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras, ocorreu em 7/7/2016. 3. **Políticas contábeis** - As principais políticas contábeis adotadas para elaboração das demonstrações financeiras são descritas a seguir: a) **Avaliação do resultado-recursos e despesas** - As receitas oriundas de doações e subvenções são registradas conforme determina a interpretação ITG 2002 (R1)-Entidade sem Finalidade de Lucros, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) por meio da Resolução nº 1.409/12, mediante documento hábil, quando da efetiva entrada dos recursos. Todas as demais receitas e as despesas necessárias à manutenção das suas atividades são registradas pelo regime de competência. b) **Estimativas contábeis** - A preparação das demonstrações financeiras da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como a divulgação de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, que podem resultar em valores diferentes quando da liquidação (isto é, a utilidade de ativo imobilizado, b) mensuração de instrumentos financeiros e c) análise dos riscos para determinação de provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Administração monitora e revisa periodicamente e tempestivamente essas estimativas e suas premissas. c) **Caixa e equivalentes de caixa** - Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata (sendo equivalentes de caixa todas as contas bancárias e aplicações financeiras com resgates automáticos) e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. d) **Recursos a receber** - Os recursos a receber referem-se aos direitos a receber pela prestação de serviços na área de saúde e são reconhecidos mediante documento hábil disponível. e) **Outros ativos e passivos** - Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constitui-se como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os valores referentes a passivos com fornecedores e aos encargos sociais e trabalhistas encontram-se demonstrados pelos seus valores originais. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorre nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. f) **Imobilizado** - O imobilizado está representado pelos bens operacionais da Entidade, registrados pelo seu custo de aquisição ou valor original, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, e leva em consideração o tempo de vida útil-econômica dos bens conforme taxas anuais mencionadas na Nota 7, estando sujeitos à análise sobre sua recuperabilidade. g) **Provisão por redução ao valor recuperável de ativos** - A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração,

	2015	2014
Caixa e bancos	248.804	11.870.517
CDBs (a)	-	39.265
Fundos de investimentos (b)	41.356.311	61.550.501
	41.605.115	73.460.283

(a) Referem-se a operações de renda fixa junto à instituição financeira por meio de Certificados de Depósito Bancário (CDBs), indexados taxa de 87,38% em 2014 do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com liquidez imediata. (b) Referem-se a aplicações financeiras automáticas em quotas de fundos de investimentos (não exclusivos) no qual são registrados pelo seu valor de realização, obtido pelo valor da última posição de investimentos. Os fundos de investimentos possuem aplicações diversificadas, os principais são operações comprissadas atreladas à Selic e títulos públicos atrelados ao CDI, com liquidez imediata.

	2015	2014
Depósitos judiciais-INSS	82.988.195	77.073.164
Depósitos judiciais-PIS	12.885.075	7.913.445
	95.873.270	84.986.609

Do período de maio de 2005 a outubro de 2009, a Associação procedeu ao depósito judicial relativo ao Processo nº 205.61.00009922-2 relativo ao recolhimento da CSLL referente aos 20% (vinte por cento) da quota patronal (INSS), sobre a folha de salário dos funcionários e dos prestadores de serviços autônomos e Processo nº 2007.61.0002136-5 relativo ao INSS SAT/Terceros. A Entidade ajuizou, em fevereiro de 2012, uma Ação Ordinária Declaratória de Inexistência de Relação Jurisdicção-Tributária Combinada com Repetição de Indébito, com liminar em tutela antecipada, cujo objeto é declarar a não incidência do tributo em questão (PIS sobre a folha de salário da entidade beneficiante-imunidade/isenção das contribuições previdenciárias, com periodicidade mensal). Por conta dessa ação, a Associação passou a efetuar depósito judicial do valor do PIS devido, e efetua também a provisão de todo o valor que é depositado. Esse processo visa obter imunidade da Entidade em relação à exigibilidade do tributo. A Administração, substanciada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis foram tomados, portanto, a Entidade está no aguardo do desfecho dos processos. Adicionalmente, os valores foram devidamente provisionados e apresentados no passivo. 7. **Imobilizado**

	2015	2014
Equipamentos de informática	361.396	6.560
Equipamentos de telefonia	20.116	-
Material permanente	-	(528.554)
Móveis e utensílios	4.134	9.434
Máquinas e equipamentos	567.306	(38.482)
Projetos (a)	605.492	8.453.812
Total	1.942.042	9.056.217

(a) Referem-se a equipamentos de informática, mobiliário e outros bens de natureza física, trabalhista e civil, cujo objeto é declarar a não incidência do tributo em questão (PIS sobre a folha de salário da entidade beneficiante-imunidade/isenção das contribuições previdenciárias, com periodicidade mensal). Por conta dessa ação, a Associação passou a efetuar depósito judicial do valor do PIS devido, e efetua também a provisão de todo o valor que é depositado. Esse processo visa obter imunidade da Entidade em relação à exigibilidade do tributo. A Administração, substanciada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis foram tomados, portanto, a Entidade está no aguardo do desfecho dos processos. Adicionalmente, os valores foram devidamente provisionados e apresentados no passivo. 7. **Imobilizado**

	2015	2014
Equipamentos de informática	361.396	6.560
Equipamentos de telefonia	20.116	-
Material permanente	-	(528.554)
Móveis e utensílios	4.134	9.434
Máquinas e equipamentos	567.306	(38.482)
Projetos (a)	605.492	8.453.812
Total	1.942.042	9.056.217

(a) Referem-se a equipamentos de informática, mobiliário e outros bens de natureza física, trabalhista e civil, cujo objeto é declarar a não incidência do tributo em questão (PIS sobre a folha de salário da entidade beneficiante-imunidade/isenção das contribuições previdenciárias, com periodicidade mensal). Por conta dessa ação, a Associação passou a efetuar depósito judicial do valor do PIS devido, e efetua também a provisão de todo o valor que é depositado. Esse processo visa obter imunidade da Entidade em relação à exigibilidade do tributo. A Administração, substanciada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis foram tomados, portanto, a Entidade está no aguardo do desfecho dos processos. Adicionalmente, os valores foram devidamente provisionados e apresentados no passivo. 7. **Imobilizado**

	2015	2014
Equipamentos de informática	361.396	6.560
Equipamentos de telefonia	20.116	-
Material permanente	-	(528.554)
Móveis e utensílios	4.134	9.434
Máquinas e equipamentos	567.306	(38.482)
Projetos (a)	605.492	8.453.812
Total	1.942.042	9.056.217

Senhores Membros do Conselho Fiscal e Assembleia Geral dos Associados As 11 hs do dia 20/07/2016, na sede social da Associação Saúde da Família, à Praça Mal, Cordero de Farias, 4565 Higienópolis - SP/SP em segunda convocação, reuniram-se ordinariamente os membros da Diretoria, conselheiros e associados da Associação Saúde da Família. Dando início à Assembleia Geral Ordinária. Dr. Nelson Ibañez, Diretor-Presidente da Associação Saúde da Família, solicitou a mim, Maria Aparecida Ribeiro Rolim, para secretariar os trabalhos desta AGO, saudando os presentes o Senhor Presidente da Assembleia apresentou a pauta de assuntos a serem deliberados, de acordo com a carta de convocação, como segue: 1) Apreciar o Relatório Anual da diretoria de 2015; 2) Deliberar sobre o Balanço Patrimonial e demais demonstrações financeiras de 2015; 3) Aprovar o relatório da auditoria independente; 4) Aprovar as contas anuais; 5) Alterar estatuto (para destinação de CNPJ da Clínica de Psicologia ASF e correção de endereço da filial norte); 6) Discutir sobre alteração do Conselho de Administração, para fins de atendimento da Lei Complementar do Estado de São Paulo nº 864/98; 7) Assuntos gerais. Houve rodada de apresentações dos presentes. A Coordenadora Geral, Dra. Maria Eugénia, explicou em linhas gerais a importância dos temas a serem discutidos na hodierna reunião. Na sequência, foi dada a palavra para a Dra. Miriam Marth, Coordenadora Adjunta, direcionando a reunião ao Sr. André Diniz, Coordenador da Controladoria, e à contadora Shirleyde Botelho para explanarem acerca do balanço patrimonial e demonstrações contábeis. Assim, foi explicado, em termos gerais sobre o balanço patrimonial e demonstrações contábeis do exercício de 2015, informando que houve uma variação positiva em relação ao ano de 2014, contendo com um crescimento patrimonial, de modo que a entidade conseguiu fazer frente a todas as obrigações. Nesse sentido, o Sr. André ressaltou que houve crescimento no aumento de repasses em virtude dos contratos vigentes, sendo que estes números representam os valores resultantes de uma filantropia. Ademais, confrontando receitas e despesas houve melhoria no resultado da instituição, sendo esperado que para o exercício de 2016, haja superavit e não déficit. No entanto, foi explicado aos presentes que o déficit não representa saída de dinheiro, é apenas a terminologia contábil utilizada no documento. Foi ponderado, por fim, que a entidade não é tomadora de aporte de instituições

	Nota	2015	2014
Ativo			
Circulante		85.571.466	77.261.624
Caixa e equivalentes de caixa	4	41.605.115	73.460.283
Recursos a receber	5	43.799.239	3.593.933
Outros		167.112	207.410
Não circulante		106.576.596	95.440.741
Depósitos judiciais	6	95.873.270	84.986.609
Imobilizado	7	9.718.094	9.434.406
Intangível	8	985.232	1.019.726
Total do ativo		192.148.062	172.702.367

ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. h) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras - Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados utilizando o Real, moeda do principal ambiente econômico no qual a Entidade atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais. i) IRPJ e CSLL - Em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos 167 a 174 do Regulamento de IRPJ, aprovado pelo Decreto nº 3.000, de 26/03/1999, e o artigo 165 da Constituição Federal. j) IRPJ, retido na Fonte (IRPF) sobre aplicações financeiras - Os rendimentos obtidos com as aplicações financeiras de renda variável estão sendo recebidos pela Entidade sem a retenção de IRPF, de acordo com o artigo 12, § 2º, letras "e", "f", "g" e "h" do artigo 3º da Lei nº 9.532/97. k) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - Em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, goza do benefício de isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias da Entidade, de acordo com as Leis nos 9.718/98 e 10.833/03, sujeitando-se ao pagamento desta sobre suas demais receitas. m) Provisões para demandas judiciais e administrativas - A Entidade reconhece provisão para demandas judiciais e administrativas de natureza civil, trabalhista e tributária. A avaliação da probabilidade de perda inclui em evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. n) Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos - A Entidade não pratica transações significativas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações estão mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes. o) Instrumentos financeiros - Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Entidade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. p) Demonstrações dos fluxos de caixa - As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2)-Demonstrações dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). q) Demonstração do superávit abrangente - As demonstrações do superávit abrangente foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 26 (R1)-Apresentação das Demonstrações Contábeis, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). r) Novos pronunciamentos e normas publicadas - A Entidade adotou todos os pronunciamentos (novos ou revisados) e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31/12/15. Não existem outros normas e interpretações emitidas até a data destas demonstrações financeiras. 4. **Caixa, equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa consistem em numerário disponível na Associação, saldos em poder de bancos e aplicações financeiras de curto prazo. A apresentação desses saldos é como segue:

	2015	2014
Caixa e bancos	248.804	11.870.517
CDBs (a)	-	39.265
Fundos de investimentos (b)	41.356.311	61.550.501
	41.605.115	73.460.283

	2015	2014
Depósitos judiciais-INSS	82.988.195	77.073.164
Depósitos judiciais-PIS	12.885.075	7.913.445
	95.873.270	84.986.609

	2015	2014
Equipamentos de informática	361.396	6.560
Equipamentos de telefonia	20.116	-
Material permanente	-	(528.554)
Móveis e utensílios	4.134	9.434
Máquinas e equipamentos	567.306	(38.482)
Projetos (a)	605.492	8.453.812
Total	1.942.042	9.056.217

	2015	2014
Equipamentos de informática	361.396	6.560
Equipamentos de telefonia	20.116	-
Material permanente	-	(528.554)
Móveis e utensílios	4.134	9.434
Máquinas e equipamentos	567.306	(38.482)
Projetos (a)	605.492	8.453.812
Total	1.942.042	9.056.217

	2015	2014
Equipamentos de informática	361.396	6.560
Equipamentos de telefonia	20.116	-
Material permanente	-	(528.554)
Móveis e utensílios	4.134	9.434
Máquinas e equipamentos	567.306	(38.482)
Projetos (a)	605.492	8.453.812
Total	1.942.042	9.056.217

94, casa 2, Pinheiros. Como nova filial a Clínica de Psicologia ASF passou a contar com um corpo de funcionários composto por um (1) supervisor, dois (2) psicólogos fixos e duas recepcionistas, todos pagos com recursos próprios da entidade. Foi ressaltado que o número de psicólogos voluntários aumentou consideravelmente de 2014 para 2015, tanto que neste ano, a Clínica atendeu gratuitamente a 1121 pacientes. Prosseguiu-se para o quinto item da pauta do dia, isto é, alteração estatutária a fim de constar a mudança de endereço da filial CNPJ nº 08.311.216/0007-05 da Rua Itaipós, 1440 casa 2 - Pacaembu - São Paulo - SP - CEP 01245-000, para a Rua Francisco Lasi, 94, casa 2 - Pinheiros - São Paulo-SP - CEP 05407-050. Ao concluir o passo-se à retificação do CEP da filial CNPJ nº 08.311.216/0008-08, cujo endereço completo é: Rua Bahia, 1260 - Higienópolis - São Paulo - SP - CEP 01244-000, lemas aprovados por unanimidade. A seguir o Sr. Presidente informou aos presentes que o sexto item da pauta restou prejudicado por falta de subsídios para discussão, com total concordância de todos. O Sr. presidente passou então aos assuntos gerais, informando à Assembleia o recebimento pela mesa da carta de renúncia da Sra. Maria Aparecida Orsini de Carvalho Fernandes, do cargo de Conselheira de Administração da ASF; apresentando como substituto, para cumprir o mandato até 12/12/17, o Dr. Paulo Rogério Galão, doutor em pediatria e professor associado da USP. Dada a palavra, o mesmo explicou sobre sua formação em Sorocaba e trajetória profissional. Por fim, ressaltou a honra em compor o quadro de Conselheiros da entidade. A indicação foi aprovada por unanimidade pelos presentes. A seguir procedeu-se à saída posse do novo conselheiro. Pela Coordenadora Geral, Dra. Maria Eugénia, foi dada as boas vindas ao novo Conselheiro e mencionado sobre a intenção de firmar parceria com o CEAP - Centro de Apoio à Faculdade de Saúde Pública - USP a exemplo da cooperação já firmada com o Instituto Sírio Libanês, a qual trará resultados positivos à entidade. Na sequência da ordem, o Senhor Presidente agradeceu a todos dando por encerrada esta AGO, em memória da qual foi lavrada a presente ata que segue assinada pelo Sr. Presidente da Assembleia Geral Ordinária e por mim, na qualidade de secretária ad hoc. SP, 20/07/16. Dr. Nelson Ibañez - Diretor Presidente, Maria Aparecida Ribeiro Rolim - Secretária da AGO.

Demonstração do superávit (déficit) abrangente			
	Nota	2015	2014
Recargas operacionais		606.238.072	430.555.539
Contribuições de associação e instituições	13	504.643.311	338.176.026
Recargas financeiras		9.583.673	6.851.813
Outras receitas		1.433.871	109.909
Subsídios governamentais	14	90.572.271	85.417.844
Despesas operacionais:		(632.284.170)	(481.008.446)
Despesas com pessoal		(492.733.487)	(361.169.119)
Despesas gerais		(48.564.587)	(34.316.694)
Despesas com depreciação e amortização		(323.825)	(108.798)
Isenção	14	(90.572.271)	(85.417.844)
Déficit do exercício		(26.046.097)	(50.452.854)

Demonstração do superávit (déficit) abrangente			
	Nota	2015	2014
Déficit do exercício		(26.046.097)	(50.452.854)
Outros resultados abrangentes		(26.046.097)	(50.452.854)
Déficit do exercício		(26.046.097)	(50.452.854)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido			
	Notas	Patrimônio social	Superávit (déficit) acumulado
Saldos em 31/12/13		56.242.551	5.715.435
Transferência do superávit do exercício anterior		5.715.435	(5.715.435)
Déficit do exercício		-	(50.452.854)
Saldos em 31/12/14		61.957.986	(50.452.854)
Transferência do déficit do exercício anterior	(50.452.854)	-	50.452.854
Déficit do exercício		-	(26.046.097)
Saldos em 31/12/15		12 (11.505.132)	(26.046.097)

Demonstração do fluxo de caixa			
	2015	2014	
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Ajuste do exercício	(26.046.097)	(50.452.854)	
Difusão por:			
Depreciação e amortização (Nota 7 e Nota 8)	323.825	108.797	